

Papel e Competências das Autarquias na
Educação
Descentralização, autonomia e regulação

Presidente da Mesa – Bártolo Paiva Campos

Papel e Competências das Autarquias na Educação

Descentralização, autonomia e regulação

Elisa Ferreira*

1. Começo por agradecer o convite dos organizadores que me foi endereçado pelo Prof. Júlio Pedrosa, pessoa a quem me ligam laços de uma grande simpatia pessoal e com quem tive o prazer de, já lá vão alguns anos, partilhar responsabilidades governativas. Essa amizade e a sua amável insistência inibiram-me de recusar o convite, tendo, no entanto, desde logo esclarecido que a minha participação só poderia ser interpretada como um contributo cívico de alguém que, apesar do interesse pelo assunto e da já longa actividade profissional, não é especialista do sector da educação. Perante a resposta de que seria precisamente essa leitura, um pouco exógena e valorizando o interface com as competências municipais que se pretendia, acabei por, tendo beneficiado do acesso à opinião verbal e escrita de um número apreciável de grandes conhecedores, alguns dos quais aqui presentes e a quem aproveito para agradecer, aceitar trazer à vossa consideração algumas reflexões.

No mesmo espírito que me levou a aceitar o convite, falarei a título pessoal e com base em notas, sem ler um texto escrito, o que, apesar de vir provavelmente a originar algumas imprecisões no discurso me parece mais adequado.

2. No que respeita à componente educação (na "dupla" educação e municípios), começo por reafirmar que, sem grande margem para dúvida e à semelhança do que muitos outros já fizeram, também eu considero que o maior problema nacional é o da qualificação dos recursos humanos e que, nesse contexto, a educação é o factor crítico. A tal respeito, quero referir três aspectos:

* Deputada do Parlamento Europeu

Em primeiro lugar, e também porque estamos integrados na União Europeia, importa recordar que é precisamente sobre a qualidade dos recursos humanos que a Europa assenta, hoje, a sua estratégia de sobrevivência e afirmação no quadro da globalização. As oportunidades de negócio e de criação de riqueza dependem do sucesso da Estratégia de Lisboa, a qual, por sua vez, se materializa na qualidade dos recursos humanos, das instituições e dos novos saberes que saibamos criar.

Uma segunda nota para recordar que, apesar do carácter europeu da Estratégia de Lisboa, não existe uma política verdadeiramente europeia que a consubstancie. Na prática, e o cargo que actualmente ocupo permite-me uma percepção particularmente nítida deste facto, não existe nem existirão a breve prazo políticas de carácter europeu que concretizem os objectivos da nova estratégia, o que significa que este novo desígnio europeu, assenta, sobretudo, na qualidade das políticas de educação, formação, ciência e tecnologia que cada país for capaz de desenvolver. Em síntese, é, pois, sobre as políticas nacionais (embora eventualmente co-financiadas por fundos europeus) e sobre a capacidade que cada país revele de, através delas, materializar o objectivo de qualificação dos seus recursos humanos que se definirá a capacidade concorrencial para o futuro.

No actual contexto europeu, enquanto a livre concorrência interna aumenta a comparabilidade ao nível das competências, a concorrência interna, mas sobretudo a internacional, estimulam a optimização das políticas nacionais de educação, de formação, de ciência e tecnologia, atribuindo-lhes uma relevância estratégica acrescida. Ora é precisamente aqui que Portugal apresenta um desequilíbrio mais grave, revelado não só face aos países membros mais antigos mas, sobretudo, em relação aos recém chegados à União Europeia. Ao contrário do alargamento a sul, o alargamento nórdico e, sobretudo, a recente adesão dos novos países de Leste, trouxe cambiantes totalmente novas ao tradicional problema do desequilíbrio no desenvolvimento do espaço Europeu: enquanto a maioria da mão-de-obra activa portuguesa apresenta níveis elevadíssimos de iliteracia ou uma formação que não ultrapassa o 1.º ciclo do ensino básico, na Estónia, Letónia, Lituânia, República Checa, Polónia, Hungria, como é

sabido, 70 a 80% da população activa tem o ensino básico completo, frequentemente com doze anos de escolaridade e complementos de ensino profissionalizante ou superior.

Há, pois, aqui uma diferença brutal entre a caracterização dos países da "antiga coesão" e a dos novos países, onde Portugal sobressai de uma forma particularmente negativa; esta fragilidade ao nível da formação dos recursos humanos, o nosso "calcanhar de Aquiles", tem implicações directas na nossa competitividade e capacidade de reagir à inovação e à mudança.

Uma terceira nota em relação a algumas disparidades regionais dentro da frágil situação portuguesa. Como alguns saberão, trabalhei durante vários anos no Vale do Ave onde uma das maiores fragilidades locais resultava da cumplicidade entre o abandono da escola e a política de recrutamento empresarial, com uma clara conivência das famílias. A ausência de reconhecimento da utilidade da escola, e a conseqüente fragilidade da formação dos trabalhadores, evidenciava-se, no entanto, e por vezes de forma dramática, aquando da introdução de inovações no processo tecnológico. Neste momento, apesar do muito que a situação já evoluiu, há um passivo deste tipo que continua a caracterizar sobretudo o Norte do país, a sua zona tradicionalmente mais empresarial, reflectida aliás no nível dramático dos indicadores sobre educação e qualificação dos recursos humanos em geral que estão disponíveis.

Tal como hoje já foi aqui referido pelo presidente da CCDR, Dr. Carlos Lage, e na linha do artigo que publiquei no JN do último domingo, seria importante que as conclusões dos estudos lançados ainda pelo Governo que integrei e adjudicados já pelo governo Barroso, nos quais se procurava analisar a evolução das regiões portuguesas em termos de competitividade e convergência, fossem objecto de alguma discussão e reflexão nacional. Uma das suas principais conclusões (eles aparecem referenciados pelo nome do responsável, Prof. Augusto Mateus) é que, nos dez anos que decorrem entre 1991 e 2001, enquanto a Região de Lisboa e Vale do Tejo aumentou exponencialmente a sua competitividade, de tal modo que, acompanhada pela Madeira e, em menor escala pelo Algarve,

saem do "objectivo da coesão", e os Açores, a Região do Centro e a Região do Alentejo apresentam um crescimento lento, o Norte, pelo contrário, está a decrescer, a abrandar, a empobrecer ainda mais.

Ora o Norte, com três milhões e setecentas mil pessoas, pesa tanto demograficamente no contexto nacional que acaba por arrastar o país para uma situação de estagnação. Isto é, a dinâmica na capital e em torno dela, apesar de exponencial, não é, mesmo assim, suficiente para compensar o peso da degradação da situação económica do Norte, acabando por ser absolutamente condicionante do desenvolvimento nacional.

Na fase actual, já não basta esperar que o Norte beneficie da sua "quota natural" da política de coesão nacional; urge inverter a análise estruturando as políticas de forma a combater as tendências negativas instaladas; não por motivos altruístas ou "regionalistas", apenas porque a lógica (e a matemática) nos demonstram que, dado o seu peso relativo, enquanto o Norte não se relançar, o país como um todo terá as maiores dificuldades em recuperar uma dinâmica de crescimento. Refiro-me ao Norte por ser a situação mais extrema, embora muito do que digo seja extensivo à região Centro, a qual, com os pólos de Aveiro, Viseu, Covilhã, etc., apresenta, ainda assim, algumas dinâmicas que, no entanto, importa reconhecer e estimular.

Ora, nesta urgência de preparar políticas e instrumentos de política que ataquem o cerne do problema do Norte e do Centro, a educação e a formação dos recursos humanos, por todos os elementos que acabamos de, mais uma vez, reconhecer, têm um papel absolutamente fulcral. Ousaria mesmo dizer que a situação da educação no país em geral – agudizada de forma paradigmática no Norte – configuram uma emergência nacional. Num contexto de tal gravidade, todos os actores têm de agir em convergência numa estratégia nacional sobre os recursos humanos.

3. E aqui, retomo o tema original desta reflexão, para tentar discorrer sobre o papel das autarquias enquanto actores neste processo.

Com todo o apreço pessoal e profissional que tenho pela Ministra da Educação (com quem cooperei na altura em que chefiou o Observatório da Educação), quero começar por reconhecer a oportunidade e coragem de algumas áreas que começam a ser intervencionadas. Ora, neste contexto de mudança, no qual, muito justamente se exige acções convergentes entre os vários actores no terreno, o importante papel das autarquias no processo fica, a meu ver, fortemente condicionado – neste como noutros sectores – pela inexistência de um nível de administração intermédio, com alguma autonomia, entre o central e o local.

Penso que são conhecidas as minhas convicções sobre as vantagens de um processo de regionalização em Portugal mas, apesar de não pretender abrir aqui esse tema, não posso deixar de atribuir à ausência desse nível muitos dos desentendimentos e desencontros aqui identificados pelo Senhor Secretário de Estado Valter Lemos. De facto, o nível central está particularmente habilitado para elaborar e fazer executar políticas que assumam carácter territorialmente uniforme em termos nacionais, como são, por exemplo, as políticas de soberania. A opção da sua localização territorial determina-se, sobretudo, por critérios de acessibilidade logística sendo as capitais de distrito a opção tradicional.

Já as políticas que requerem diferenciação espacial, quer ao nível conceptual quer executivo, exigem um grau de pormenorização de conhecimento da realidade que muitos sectores a nível central não possuem, quer em termos estáticos quer, sobretudo, em termos de dinâmicas territoriais. Esta situação agrava-se sempre que a administração central, por escassez de recursos, quer humanos quer financeiros se vê obrigada a desconcentrar funções.

Ora, o que tem vindo a acontecer, é que determinados assuntos são desconcentrados para as autarquias, não porque seja esse o nível mais adequado para o exercício dessas competências mas antes porque, pura e simplesmente, não há outro nível alternativo para o qual se possa desconcentrar.

Com isto, não pretendo minorar o papel do nível municipal, o qual reputo de fundamental; o que pretendo sublinhar é a necessidade de haver um enorme realismo acerca da capacidade efectiva das competências transferidas virem a ser cumpridas cabalmente a esse nível. Recorde-se que o princípio da subsidiariedade não defende que todas as competências devam ser transferidas para um nível mais próximo do local, mas antes que sejam transferidas apenas aquelas que forem melhor executadas a esse nível.

Parece-me que nem sempre este princípio tem sido cumprido e que haveria que garantir que, às prescrições legais, correspondessem as condições efectivas do seu cumprimento. Ora, em concreto, a legislação em vigor (em particular a Lei 159/99) não cumpre este princípio. Sabe-se que as câmaras municipais não reconhecem ter, à partida, nem capacidade financeira nem recursos humanos que lhes permitam executar as competências previstas na lei, o que só permite duas saídas: ou essas condições lhes são criadas ou a transferência não passou de um equívoco. A indefinição gera uma situação de desresponsabilização e conflituosidade que me parece a todos os títulos de evitar.

Em síntese, admitindo que a Lei 159/99 é o quadro legislativo de referência, há que identificar claramente não só as competências transferidas para o nível municipal como as condições da respectiva execução, decorrendo daí a necessidade de garantir às câmaras municipais os correspondentes meios.

4. Feitas estas considerações de carácter geral, tentaria agora descer um pouco mais ao concreto e, sobretudo, fazer algumas sugestões mais construtivas para consideração e debate:

- Uma primeira nota é relativa à visibilidade em matérias de responsabilidade política para referir que, para além de todos os restantes inconvenientes já genericamente evocados, a actual indefinição retira ao cidadão a visibilidade pública sobre a quem pedir responsabilidades a propósito de uma série de assuntos relativos às escolas, desde a qualidade das instalações à gestão do espaço envolvente. Ora, enquanto a responsabilidade da câmara municipal em relação à escola não for, aos olhos do cidadão e do

eleitor, clara e bem definida, também em termos de debate político autárquico o dossier tenderá a ficar esquecido e as prioridades em matéria escolar subalternizadas em relação a outras.

- Acontece que, no momento actual, este tipo de subalternização e apagamento pode ser particularmente gravoso, visto que estamos precisamente a definir, uma vez mais, as grandes prioridades nacionais para o novo período de apoios comunitários, agora relativos aos anos entre 2007 e 2013, o chamado QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional). Parecia-me então óbvio que, se as competências legais previstas vão ser efectivamente assumidas pelas autarquias, essa deveria ser uma prioridade evidente na tipologia de projectos candidatos aos apoios previstos para as autarquias no próximo QREN. Para além do reforço dos meios financeiros, tal permitiria uma programação clara, segura e calendarizada de forma plurianual dos investimentos de construção e reequipamento a levar a cabo no parque escolar.

Através das informações actualmente disponíveis sobre o QREN, este tipo de prioridade não parece suficientemente visível. Note-se ainda que, dos três grandes programas previstos, o relativo à qualificação dos recursos humanos será gerido a nível central. Ora, sem pretender entrar aqui em pormenores, até porque ainda não há informações concretas, diz-nos a experiência que, se é esperado que haja um efectivo comprometimento autárquico neste tipo de investimentos, convém esclarecer quanto antes o que se espera, concreta e quantificadamente, do nível autárquico e quais os programas de financiamento, visto que a estratégia de programação financeira das autarquias vai no sentido – lógico, aliás – de explorar ao máximo as potencialidades do "programa nacional". O melindre deste assunto, num momento em que as solicitações de envolvimento autárquico são tão explícitas, exigiria, a meu ver, e na insuperável ausência de um nível regional com responsabilidade política, que houvesse uma clara programação supra municipal clarificando a responsabilidade de cada autarquia, a tipologia dos investimentos a concretizar e os respectivos cronogramas físicos e financeiros.

Com a organização administrativa actual, talvez fizesse sentido transformar a Carta Educativa, ou uma primeira fase da Carta Educativa, numa programação plurianual que, ao aproximar-se de um contrato-programa entre o nível local e o nível nacional, constituísse de algum modo uma pré-candidatura aos fundos estruturais, no âmbito dos quais cada município concretizaria o seu próprio programa de trabalho:

- Permitam-me ainda que, a este propósito, sublinhe alguns aspectos críticos a abordar nessa espécie de primeira leitura da Carta Educativa, começando por sublinhar a importância de identificar claramente quais os investimentos essenciais em matéria de educação, cuja responsabilidade cabe à autarquia. Exemplificando: aquando da recente presença entre nós de Bill Gates estabeleceu-se a ligação por Internet em banda larga entre duas escolas, uma de Trás-os-Montes e outra de Lisboa. No entanto, alguém muito justamente fez notar que os alunos da escola de Trás-os-Montes, apesar do acesso em banda larga, não tinham um refeitório decente, nem transporte escolar nem a escola tinha aquecimento capaz.

Vem isto a propósito da necessidade de estabelecer padrões de qualidade e conforto para os alunos das instalações escolares, e de ser intransigente, antes de mais, em relação aos mínimos exigíveis, ao essencial, incluindo aqui, por exemplo, a qualidade do espaço e o aquecimento.

Um aparte para referir que, no momento em que a energia é uma das áreas fundamentais de aposta nacional, esta requalificação dos edifícios escolares poderia constituir um impulso interessante para o sector; um sub-programa específico de diagnóstico e apoio à requalificação energética das escolas, adoptando fontes energéticas mais limpas, fomentando a poupança, nomeadamente pela utilização de materiais isolantes, poderia gerar uma colaboração estreita com as universidades, centros tecnológicos e haveria seguramente um impacto positivo nas empresas do sector, podendo mesmo vir a ser alargado a todos edifícios públicos. A energia, nestas múltiplas vertentes, mereceria, a meu ver, ser uma das prioridades do novo QREN.

Este conceito, apesar de minimalista, deveria, incluir padrões de qualidade, conforto e higiene (incluindo cantinas, cozinhas etc.), a criação de recreios seguros (coberto e descoberto), ginásio, acesso à piscina (preferencialmente por acordos de utilização partilhada), um laboratório que (devendo evitar-se o excesso de equipamento), o acesso a uma biblioteca e mediateca (eventualmente em partilha com a biblioteca municipal).

Importaria, pois, que a necessária requalificação dos equipamentos existentes levasse em conta, dentro do possível, outras dimensões associadas ao conceito de qualidade, como sejam preocupações de ordem ambiental e de segurança; para além das ilustrações referidas, o carácter não poluente dos transportes escolares, por exemplo, deveria ser tomado em conta na renovação da frota municipal destinada ao transporte dos alunos.

O objectivo seria, então, identificar níveis mínimos de qualidade e diversidade dos equipamentos escolares que ficassem garantidos durante o próximo quadro de apoio europeu:

- Não vale a pena escamotear que, dada a evolução demográfica e o processo de desertificação em curso, a criação de escolas com estes padrões de qualidade (não de luxo) implicará, para muitos concelhos, recentrar a localização da escola relativamente à situação pré-existente, encerrando as insuficientemente utilizadas e reforçando a qualidade das seleccionadas.

Concordando com o raciocínio subjacente, não posso, no entanto, deixar de alertar para a necessidade de, em cada situação concreta, tomar em conta uma série de pequenos/grandes pormenores:

Em primeiro lugar, este processo não pode ser mais um impulso acelerador do processo de desertificação que já existe, mas, pelo contrário, deverá garantir o reforço dos pólos urbanos do interior. O último Censo mostra que, a um esvaziamento das aldeias, correspondeu um reforço demográfico nos pólos com qualidade urbana e equipamentos capazes de reter pessoas (jovens em particular) e negócios; ora estas tendências têm de ser tidas em conta.

Em segundo lugar e escola "nova" tem de ser, de facto, uma boa escola, o que implica uma calendarização cuidadosa. Acresce que a deslocação diária dos alunos não pode ser medida em distância física mas antes em tempo de transporte, com limites máximos em função da idade e das características dos acessos. Neste contexto, a renovação da frota das autarquias e a disponibilidade e qualidade dos refeitórios, aspectos já referidos, são, entre outros, temas que requerem, de facto, ponderação especial.

Note-se que, a tomada em devida conta destes e doutros aspectos pode e deve conduzir à abertura de algumas excepções, com carácter definitivo ou transitório, no programa de encerramentos de escolas, nomeadamente para garantir, à semelhança do que acontece noutros países europeus, pólos de montanha ou pólos isolados.

Quer a CCDR, quer os organismos desconcentrados do Ministério podem acompanhar este processo; a minha mensagem fundamental é que o bom senso seja articulado com a vontade política de combater o processo desertificação, o que implica naturalmente, para além da não pulverização de estruturas inviáveis, a identificação e reforço estratégico de alguns pólos de atracção e retenção de populações:

- Sendo este processo necessário, convém ainda que se perceba o respectivo melindre para as autarquias, sobretudo quando o resultado prático pode ser abdicar de uma escola localizada no seu concelho, a favor doutra, na autarquia vizinha. Mais uma vez, e à semelhança de outros investimentos com impacte a nível supra municipal (como foi o caso, por exemplo, da discussão sobre o traçado do Metro do Porto), assuntos deste teor deveriam ser tratados ao nível regional. Na situação actual, é difícil pedir ao município que abdique do seu interesse municipal sujeito ao voto dos seus munícipes, para privilegiar um nível supra municipal.

Tem-nos valido (em vários processos entre os quais os dos abastecimentos de água e tratamentos de resíduos ou efluentes) a maturidade adquirida durante anos pelas CCDR e associações de

municípios, mas a necessidade de uma partilha clara de responsabilidade entre o nível municipal e o nível central, é indispensável.

Algumas notas finais para tentar explicitar de forma um pouco mais precisa aquilo que entendo por equipamentos escolares “mínimos”. A nossa experiência colectiva (e também a minha experiência pessoal) justifica um alerta para o risco de, quando a comparticipação é generosa, as câmaras municipais se poderem exceder um pouco na quantidade e qualidade dos investimentos. Para evitar esses excessos, em relação aos equipamentos públicos de competência autárquica, optei (na altura em que tive responsabilidades directas na matéria) por criar normas legais que limitavam superiormente o volume de apoio comunitário para cada tipo de projecto, calculado em função de custos padrão médios; estes limites de apoio, tão tendo sido particularmente populares junto das autarquias, acabaram por se revelar muito úteis, evitando exageros e protegendo as CCDR de acusações de arbitrariedade na avaliação de projectos. Apesar de, na maior parte das situações, estes excessos serem determinados por boas razões, nomeadamente pela vontade de, aproveitando as condições excepcionais de financiamento, “deixar o assunto resolvido para as gerações vindouras”, as projecções de crescimento demográfico frequentemente não se cumprem e o sobre dimensionamento dificulta – por vezes inviabiliza mesmo económica e financeiramente a respectiva gestão. A manutenção e gestão dos equipamentos é incomparavelmente mais difícil, nas actuais circunstâncias de apoio europeu, do que a respectiva construção e as opções de aplicação dos “apoios ao desenvolvimento” tem de tomar estes aspectos em devida conta.

Por todas estas razões faria, a meu ver, sentido que também neste caso de reequipamento escolar, e na base de toda esta experiência passada, a contratualização entre os municípios e a administração central incluisse alguma standardização e padronização de equipamentos, respectivas especificações e custos evitando-se a vulnerabilidade das Câmaras Municipais perante os fornecedores bem como desequilíbrios ou excessos nas respectivas escolhas.

Em síntese, na ausência do nível regional, não é o somatório das câmaras que pode substituir a “região”; nas actuais circunstâncias, no entanto, essa ausência obriga a uma muito mais qualificada capacidade de planeamento e contratualização entre a administração central e local bem como a um exigente exercício de abdição do interesse local a favor de uma lógica supra-municipal, nem sempre compatível com o nível a que se situa a responsabilidade política municipal:

- Duas ou três notas finais para sublinhar que há outras dimensões da Câmara Municipal que, enquanto promotor, e uma vez totalmente clarificada a respectiva responsabilidade, poderiam ser estimuladas, uma vez garantidos os referidos “mínimos” em termos de equipamento físico.

A parceria entre as autarquias e a escola tem inúmeras potencialidades, nomeadamente, por exemplo, em dimensões ligadas quer à vida activa dos cidadãos, quer à formação de adultos, quer ainda à participação do mundo exterior na vida escolar.

Com a acrescida permanência na escola dos professores, há todo um conjunto de actividades extra-escolares e de ligação entre o exterior e o interior da escola que interessa preencher e em relação aos quais a Câmara Municipal pode ter um papel fundamental de intermediação ou preenchimento directo. Talvez importasse revisitar algumas experiências muito interessantes conduzidas por diversas câmaras municipais que assentam não só no espaço escolar, mas na dinamização em rede de todo o tecido humano de um concelho.

A título meramente ilustrativo, talvez as frequentemente evocadas (e tão necessárias) aulas de educação sexual, as informações sobre alimentação saudável ou alguns ensinamentos sobre primeiros socorros ganhassem com uma parceria com o centro de saúde local; talvez os bombeiros pudessem colaborar com a escola na divulgação de práticas cívicas e de segurança, nomeadamente em caso de fogo ou outros desastres naturais; talvez ensinamentos fundamentais sobre poupança de água, reciclagem ou gestão de parques naturais e zonas protegidas pudessem ser partilhadas entre a

escola e as empresas (ou departamentos camarários) fornecedoras de serviços ambientais.

Há, pois, toda uma dinâmica que a parceria entre a escola e as autarquias, incluindo as juntas de freguesia, pode estimular, tirando professores e alunos da escola para os fazer partilhar espaços autárquicos culturais, desportivos, ambientais, sanitários etc. os quais, devidamente articulados com a escola, podem trazer uma enorme mais valia ao curriculum escolar tradicional. A máxima “pensar global, agir local” aplica-se com particular premência a este tipo de opções.

5. Em síntese, quero cumprimentar todos os participantes nesta reflexão não só pelo seu trabalho quotidiano mas pela disponibilidade demonstrada de o avaliar e sujeitar a reflexão conjunta. Procurei abordar aspectos práticos da convivência não totalmente conseguida entre o nível autárquico e as escolas, sobretudo após as recentes evoluções legislativas em que, na ausência do nível regional, a administração central tem vindo a transferir competências para o único nível disponível – o autárquico – que, sem meios adequados, na prática o enjeita.

A urgência em combater a nossa debilidade em termos de educação e recursos humanos, requer, no entanto, uma convergência de vontades e uma atitude de emergência e cumplicidade positiva entre todos os actores pelo que a clarificação de competências, a identificação das acções necessárias e disponibilidade de meios assumem relevância especial; neste quadro, interessa relevar a grande oportunidade que nos é proporcionada por mais um financiamento robusto para 2007/2013, a partir de uma União Europeia onde a nossa posição de debilidade reforçada é dificilmente explicável ao fim de tantos de apoio.

Bártolo Paiva Campos*

Muito obrigado Senhora Professora por este excelente contributo, nada retórico, mas muito estratégico, operacional e claro. Não vou resumir, porque resumir é empobrecer; gostava apenas de salientar dois aspectos: a contextualização e a integração territorial.

Num primeiro ponto, salientaria a relevância estratégica da contextualização do processo de qualificação, e requalificação, de recursos humanos. Foi nesta contextualização, que evidenciou a importância da atribuição de competências às autarquias, acompanhadas dos necessários meios. Nesta perspectiva referiu-se ao novo quadro comunitário de apoio, dando uma série de sugestões muito concretas para, num curto espaço, solucionar uma série de problemas básicos. Sublinhou, aliás, que sem a solução destes, não vale a pena pensar em voos mais altos; isto é, não tem sentido dar prioridade à banda larga numa escola sem aquecimento, para utilizar um dos exemplos dados.

Mas esta responsabilidade das autarquias, para ser eficaz, precisa de estar visível. Os cidadãos, não sabendo de quem é a responsabilidade, não a sabem pedir, não a sabem exigir nem sabem a quem pedir contas.

A Senhora Professora salientou, no entanto, os limites desta contextualização autárquica, quando nada há entre o nível central e o nível local. Chamou, por várias vezes, a atenção para esta limitação, na medida em que cada autarquia tem dificuldade em, com uma visão mais ampla, defender interesses supramunicipais, a não ser que veja claramente que isso reverte em favor dos interesses municipais.

Para além da relevância da contextualização, gostaria de salientar, ainda, a da integração territorial. Olho para o título deste seminário, *Educação e Municípios*, e pergunto-me se o que está aqui em questão é o

* Conselho Nacional de Educação

papel das autarquias na educação ou a qualificação dos munícipes; ou seja, se o acento é posto no órgão de poder ou no município entendido como um território habitado por um conjunto de cidadãos. Isto é, se o ponto de partida nesta reflexão é o papel das autarquias ou são problemas dos munícipes habitando um determinado território. Porque a questão é relativamente fácil quando se trata de gerir meios para prosseguir as qualificações: construir escolas ou centros de formação, adquirir equipamentos, recrutar professores ou formadores, etc. Mais difícil é a gestão de processos conducentes às qualificações desejadas; é então que, além da contextualização, há necessidade de integração territorial da operação.

E a necessidade de integração territorial levanta uma outra questão que vai, sem dúvida, estar presente nestes debates, a de saber quem é responsável por garantir a convergência das ofertas de qualificação em direcção à satisfação das necessidades existentes num determinado território.